

O ENSINO DE MATEMÁTICA NA DISCIPLINA METODOLOGIA DO ENSINO DE 1º GRAU NO CURSO DE PEDAGOGIA

Viviane Lovatti Ferreira

PUC/SP

vlovatti@usp.br

Resumo:

Este trabalho apresenta um estudo histórico sobre o ensino de Matemática abordado na *Metodologia do Ensino de 1º Grau*, disciplina que ganhou espaço na grade curricular do curso de Pedagogia em sua segunda reformulação curricular (Parecer CFE 252/69) na habilitação Magistério do Ensino Normal. Por meio da legislação e da análise de programas de ensino, procuramos identificar o papel desta disciplina para a formação do pedagogo, tomando como objeto de análise os currículos dos cursos de Pedagogia de algumas instituições de ensino superior do estado de São Paulo (USP, PUC-SP e UNICAMP). Este trabalho faz parte de um projeto maior, onde se investigam as disciplinas de formação matemática que marcaram presença no curso de Pedagogia no período entre 1939 e 1999. Nossa pesquisa apóia-se na perspectiva dos estudos históricos do campo do Currículo, que possibilitam a compreensão do currículo como uma construção social.

Palavras-chave: Metodologia do Ensino; Formação de Professores; Curso de Pedagogia.

1. Introdução

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) determinou que a formação de professores para atuação na educação básica deve ocorrer em cursos de licenciatura plena, oferecidos por universidades e/ou institutos superiores de educação. Tal fato também colaborou para polêmicas em torno do papel desempenhado atualmente pelos cursos de Pedagogia. Mais recentemente, a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE 01/2006) apontam o curso de Pedagogia como instância formadora de professores para atuação na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Embora essa função do curso de Pedagogia apontada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais seja recente, sabe-se que essa prática vinha sendo almejada, pelo menos, desde os anos 1960 e ocorrendo, conseqüentemente, no interior dos cursos de Pedagogia, sem estar devidamente instrumentado (TANURI, 2000).

Embora os primeiros ensaios de formação do professor primário tenha iniciado com a primeira reformulação curricular do curso de Pedagogia (Parecer CFE 251/62), foi a

partir da segunda reformulação curricular (Parecer CFE 252/69) que o curso de Pedagogia passou a formar professores tanto para o ensino no 1º grau quanto para o 2º grau, no curso de magistério.

Este trabalho apresenta um estudo histórico acerca do ensino de Matemática indicado para o trabalho na *Metodologia do Ensino de 1º Grau*, disciplina proposta na habilitação Ensino das Disciplinas e Atividades Práticas dos Cursos Normais. Esta foi uma das habilitações do curso de Pedagogia, quando se fracionou o currículo conforme o Parecer CFE 252/69. O campo de pesquisa que investiga a história das disciplinas escolares e acadêmicas ainda é relativamente recente no Brasil, porém vem apresentando uma produção significativa de trabalhos na última década (2000-2010), produção que vem se estabelecendo por meio do diálogo entre a História do Currículo e a História da Educação (VILELA, 2011 et al).

Para a realização deste estudo, assumimos a perspectiva dos estudos históricos no campo do Currículo, que possibilita a sua compreensão como construção social. Visto como um artefato cultural, o currículo deve ser compreendido de forma ampla, sendo um elemento que traz a sua própria história (GOODSON, 1997). A história do currículo, aliada aos estudos de história da educação, possibilita uma compreensão acerca dos embates em torno do reconhecimento de certos saberes em detrimento de outros que vão perdendo seu espaço, uma vez que as disciplinas não são vistas como entidades monolíticas, mas como amálgamas de subgrupos e de tradições, e vão influenciando as mudanças (GOODSON, 2001). A pesquisa documental é apresentada como recurso metodológico indispensável à realização da pesquisa. O estudo acerca da legislação educacional permite visualizar as reformulações curriculares pelas quais passou o curso de Pedagogia. Os programas de ensino permitem uma percepção acerca dos conteúdos, métodos e bibliografias propostos para a disciplina.

2. A criação do curso de Pedagogia

Criado durante o regime do Estado Novo (1937-1945), o curso de Pedagogia estruturou-se “na esteira dos atos centralizadores baixados em plena vigência da ditadura de Vargas” (BRZEZINSKI, 2010, p. 40), sendo almejado nos meios educacionais a partir das experiências renovadoras do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo, da Universidade do Distrito Federal e da Universidade de Minas Gerais. O curso de Pedagogia nasceu da organização da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFI) por meio do

Decreto-Lei n.º 1.190, de 04 de abril de 1939, impondo-se como “padrão federal” a ser adotado pelas instituições de ensino superior de todo o país. O principal objetivo da FNFi era o aperfeiçoamento da ciência, elegendo a pesquisa como eixo norteador. A formação de professores viria de forma secundária, buscando suprir uma carência de professores para atuação no ensino secundário (BRZEZINSKI, 2010). A origem do curso de Pedagogia ficou marcada pela dualidade bacharelado *versus* licenciatura, ficando a formação restrita ao “esquema 3+1”. Embora o curso de Pedagogia visasse a formação de técnicos para atuação nos cargos administrativos¹, a formação de professores para o magistério nas Escolas Normais foi também sua grande função. O primeiro currículo do curso de Pedagogia permaneceu em atividade durante, aproximadamente, duas décadas, até quando houve a aprovação do Parecer CFE 251/62, imprimindo a primeira reformulação curricular ao curso de Pedagogia, que tentou aliar o bacharelado e a licenciatura no mesmo currículo. Nesta nova proposta curricular, encontramos uma tentativa de aliar o trabalho do especialista e do professor no mesmo curso, ao se oferecer disciplinas tais como a *Teoria e Prática da Escola Primária*, onde não somente se tentou tornar “mais autêntico” o professor destinado aos cursos normais, mas também abriu “perspectivas para a futura formação do mestre primário em nível superior” (BRASIL. Parecer CFE 251, 1962, p. 64). De fato, a primeira reformulação curricular sugeria que os primeiros ensaios de formação do professor primário em nível superior se apoiariam no curso de Pedagogia.

Deste modo, estudos indicam que a fase inicial do curso de Pedagogia no Brasil foi fortemente marcada pela multiplicidade teórica, por uma centralidade nos estudos clássicos da área educacional, uma bibliografia predominantemente estrangeira e a criação do hábito de estudos em grupos. Nos anos iniciais de atividade, o curso de Pedagogia ficou marcado como um curso tradicional, com o predomínio de aulas expositivas, trabalhos de interpretação de texto e provas de argüição oral (CRUZ, 2011).

¹ O Decreto-Lei n.º. 1.190/39 determinava que os cargos de técnico de educação do Ministério da Educação seriam preenchidos por candidatos que possuísem o diploma de bacharel em Pedagogia. Tal medida entraria em vigor a partir de 1º de janeiro de 1943, ano em que o país teria seus primeiros pedagogos formados pelas Faculdades de Filosofia.

3. A fragmentação do currículo de Pedagogia

Com a aprovação da Reforma Universitária (Lei n.º 5.540/68), o Conselho Federal de Educação (CFE) aprovou a segunda reformulação curricular para o curso de Pedagogia. O Parecer CFE 252/69 procurou adequar o curso de Pedagogia aos preceitos da Reforma Universitária de 1968, e o “técnico em educação” se tornaria um profissional indispensável à realização das atividades na escola (SILVA, 1988). O Parecer CFE 252/69 alegava que a redefinição anterior (Parecer CFE 251/62) era muito imprecisa por não determinar áreas obrigatórias de habilitação, deixando-as implícitas por meio da oferta de algumas disciplinas. Além disso, o curso de Pedagogia deveria adaptar-se às novas condições do mercado de trabalho e, conseqüentemente, à Reforma Universitária de 1968, com a criação dos cursos de curta duração (licenciaturas curtas).

O Parecer CFE 252/69² trouxe uma nova configuração ao curso de Pedagogia, ao fracionar a formação do pedagogo em cinco diferentes habilitações.

QUADRO 1:
HABILITAÇÕES DO CURSO DE PEDAGOGIA
PARECER CFE 252/69

Ensino das Disciplinas e Atividades Práticas dos Cursos Normais	Orientação Educacional (1º e 2º graus)	Administração Escolar (1º e 2º graus)	Supervisão Escolar (1º e 2º graus)	Inspeção Escolar (1º e 2º graus)
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau
Metodologia do Ensino de 1º Grau	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau
Prática de Ensino na Escola de 1º Grau	Princípios e Métodos de Orientação Educacional	Princípios e Métodos de Administração Escolar	Princípios e Métodos de Supervisão Escolar	Princípios e Métodos de Inspeção Escolar
-----	Orientação Educacional	Estatística Aplicada à Educação	Currículos e Programas	Legislação do Ensino
-----	Medidas Educacionais	-----	-----	-----

FONTE: BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer n.º 252/69.

² O Parecer CFE 252/69 limitava a titulação a duas habilitações a serem obtidas de uma única vez, sendo permitido ao pedagogo voltar à escola para obter novas habilitações mediante o aproveitamento de estudos anteriores.

A habilitação Magistério da Escola Normal foi proposta a partir da oferta de três disciplinas: Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, Metodologia do Ensino de 1º Grau e Prática de Ensino na Escola de 1º Grau. Antes da opção pela habilitação, o aluno de Pedagogia deveria cursar, inicialmente, um núcleo de disciplinas comuns a todo o curso. Os portadores do diploma de Pedagogia deveriam ser, em princípio, professores da Escola Normal. Por isso, a Didática passou a figurar no currículo mínimo, disciplina obrigatória a todos os alunos de Pedagogia.

4. A Metodologia do Ensino de 1º Grau: a legislação e os programas de ensino

O Parecer CFE 252/69 indicava a oferta da disciplina *Metodologia do Ensino de 1º Grau* a fim de preparar o pedagogo para o magistério tanto no ensino de 1º grau quanto no ensino de 2º grau:

(...) não há dúvida, porque afinal “quem pode o mais pode o menos”: quem prepara o professor primário tem condições de ser também professor primário. Entretanto, a questão não deixa de ter uma certa procedência de ângulo técnico, pois nem todos os diplomados em Pedagogia recebem a formação indispensável ao exercício do magistério na escola de 1º grau. Para obviá-la, indicou-se o estudo da respectiva Metodologia e Prática, sem, contudo, criar uma habilitação especial que parece prematura. Assim, para os bacharéis que se preparem ao ensino de tais disciplinas em cursos normais, a nova credencial será automática, e poderá ser conseguida por acréscimo pelos demais, incluindo os diplomados em menor duração que, por todos os títulos, são os candidatos ideais para iniciar esta fase mais avançada (BRASIL. Parecer CFE 252, 1969, p. 110).

No caso desta habilitação, o Parecer CFE 252/69 partia do pressuposto de quem prepara o professor primário também teria condições de ser professor primário, desconhecendo, certamente, as especificidades que estão por trás do trabalho docente nos anos iniciais da escolarização.

A Resolução nº 2/69 determinou também a atuação no magistério de 1º grau como uma das funções do pedagogo: “c) O exercício de magistério na escola de 1º grau (...) sempre que haja sido estudada a respectiva metodologia e prática de ensino” (RESOLUÇÃO CFE nº 2/1969).

Deste modo, a reestruturação do ensino superior trouxe modificações estruturais para o curso de Pedagogia, tendo em vista que tal reestruturação fracionou o curso:

(...) em habilitações técnicas, para formação de especialistas, e orientando-o tendencialmente não apenas para a formação do professor do curso normal, mas também do professor primário em nível superior, mediante o estudo da Metodologia e Prática de Ensino de 1º Grau (TANURI, 2000, p. 80).

Nesse sentido, vale ressaltar que as duas reformulações curriculares, ambas realizadas na década de 1960, buscaram imprimir ao curso de Pedagogia uma formação voltada ao professor formador – que lecionaria na Escola Normal – mas também estava voltada para uma formação aos professores que atuariam nos anos iniciais da escolarização.

Tais reformulações curriculares faziam parte do projeto desenvolvimentista do governo federal nos anos 1950 e 1960, quando houve uma forte preocupação com as questões voltadas à metodologia de ensino, herança do ideário escolanovista, na tentativa de se modernizar o ensino, tanto no ensino secundário quanto no ensino superior. O ensino primário bem como a formação de seus professores foi o alvo da política desenvolvimentista. Neste caso, ganha destaque o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE), acordo realizado entre o MEC e a USAID que funcionou de 1957 a 1965 com o objetivo de fornecer uma formação aos professores das escolas normais no que se refere às metodologias de ensino (TANURI, 2000).

Buscando adaptar-se às novas configurações, os cursos de Pedagogia de todo o país sofreram suas reformulações curriculares. No caso do curso de Pedagogia da Universidade de São Paulo (USP), a reforma de seu currículo ocorreu em 1970, quando também se criou a Faculdade de Educação por determinação da Reforma Universitária de 1968. Com a nova reformulação curricular, seu curso de Pedagogia ficou dividido em diferentes habilitações, sendo fortemente marcado pela formação profissionalizante e traduzido por uma “percepção fragmentada e compartimentalizada do trabalho educativo que correspondia à visão dominante da teoria e prática educacional do momento” (CHAMLIAN, 1996, p. 136). Entretanto, sua nova organização curricular apresentou um apelo à formação acadêmica devido à sua herança institucional.

As disciplinas de *Metodologia do Ensino de 1º Grau* (EDM 391 e EDM 392), previstas para dois semestres letivos, ficaram atreladas à habilitação *Ensino das Disciplinas e Atividades Práticas do Ensino de 1º Grau*, habilitação obrigatória a todos os alunos de Pedagogia. Tais disciplinas tinham por objetivo levar o aluno a “perceber a posição do método na dinâmica da ação educativa; utilizar a terminologia metodológica adequada; refletir sobre os princípios metodológicos atuais; conhecer a metodologia

específica das disciplinas do 1º grau; conhecer a metodologia específica para alfabetização; analisar diferentes materiais didáticos para a 1ª série” (USP, 1973, p. 83). No primeiro semestre, trabalhavam-se noções gerais de metodologia de ensino bem como uma fundação teórica de alfabetização. No segundo semestre, indicava-se o estudo dos objetivos e das metodologias de ensino das diferentes áreas de conhecimento da 1ª a 4ª séries (matemática, ciências, estudos sociais e língua pátria). A metodologia de ensino prevista para a disciplina previa estudos dirigidos, projetos de estudo, estudo do meio, discussão e trabalhos em grupo, além de aulas expositivas. Tal programa indicava apenas quatro obras, todas relacionadas à área de Didática, tais como: *Como as crianças aprendem* (DAVID, E.), *Vida e educação* (DEWEY, J.), *Didática da Escola de 1º e 2º Graus* (CASTRO, A. D.) e *A corrupção das ideias pedagógicas* (FRONDISI, R.). O programa analisado não indica obras voltadas às metodologias específicas, apenas menciona a utilização de uma “bibliografia específica das unidades metodológicas”, sem necessariamente, apontar obras para essas unidades.

No caso do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), sua reforma curricular ocorreu no ano de 1973, com a proposta de formar licenciados e especialistas. A opção pela habilitação seria feita a partir do 6º semestre letivo (COSTA, 2005). A disciplina recebia o nome de *Metodologia e Prática de Ensino de 1º Grau* deveria ser cursada por todos os alunos do curso de Pedagogia, independentemente da opção de sua habilitação.

5. A Metodologia do Ensino de 1º Grau: os manuais pedagógicos

A pesquisa com manuais escolares auxilia na compreensão acerca dos saberes transmitidos pela escola. A opção em conhecer os livros-texto indicados e/ou trabalhados nas disciplinas auxilia na compreensão de que o livro-texto constitui-se em um forte elemento que vem contribuir para a materialização das disciplinas. Em se tratando de livros-texto destinados à formação de professores, as pesquisas nessa área ainda são recentes. Algumas pesquisas, tais como as de SILVA (2001 e 2005), ressaltam estudos de manuais pedagógicos trabalhados por normalistas. Até 1920, as obras de grande circulação no Brasil eram essencialmente estrangeiras, principalmente de origem portuguesa e francesa. A partir de 1930, com a organização curricular da Escola Normal, ocorre um

aumento na produção e publicação de manuais pedagógicos no Brasil, principalmente em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Em geral, os manuais pedagógicos visavam suprir a demanda das disciplinas profissionalizantes dos currículos das Escolas Normais e, até mesmo, dos cursos de formação de professores das Faculdades de Filosofia. Quando produzidos, os manuais pedagógicos abrangiam vários campos do conhecimento (história, sociologia, linguística, política, economia, psicologia etc.), servindo tanto a alunos quanto a professores. A elaboração dos manuais pedagógicos teria como objetivo promover um movimento de renovação no que compete à matéria a ser ensinada e aos métodos de ensino. A partir dos anos 1970, ocorre uma intensificação na produção de manuais para professores no Brasil, deixando de ser meramente uma produção artesanal, e passando a se modernizar com uma industrialização em massa (SILVA, 2001).

A obra de FAZENDA e PETEROSSO (1983) é fruto das anotações de aulas da disciplina “Metodologia e Prática de Ensino e Estágio Supervisionado de 1º Grau”. As autoras tiveram como objetivo de promover algumas reflexões acerca do trabalho desenvolvido com a disciplina. Partindo de uma proposta interdisciplinar, a intenção foi construir um texto de fácil compreensão e com uma linguagem pouco formal. Apóiam-se em teorias básicas de aprendizagem como a cognitiva e a fenomenológica. O livro é dividido em quatro partes, onde cada uma delas desenvolve uma área de conhecimento do currículo das séries iniciais: matemática, comunicação e expressão, estudos sociais e ciências.

No que se refere à Matemática, abordam os números e as operações no contexto da Matemática, considerada pela sociedade como disciplina “nobre” do currículo. Apresentam uma discussão acerca das diversas dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem da Matemática. Apresentam questionamentos sobre as orientações para o trabalho baseado em exercícios que envolvem operações mentais ainda não presentes nos alunos, que pouco ou nada conseguem proporcionar-lhes. Revelam que há uma pretensa atividade da escola em relação ao desenvolvimento de esquemas lógicos de pensamento. Identificam como possibilidade para esse fim o trabalho com conteúdos de ensino integrados ao mundo em que criança vive, para que ela estabeleça relações de grandeza, quantidade, preços, na busca por efetuar e refazer cálculos. As autoras tem como objetivo não oferecer respostas prontas face às condições de ensino e aprendizagem presentes no conjunto das escolas. Apresentam alguns pontos que podem servir de parâmetros para reflexões: o que é possível explorar em termos de conteúdos matemáticos e o que a criança

tem condições de aprender; o que a escola pode oferecer e o que a sociedade cobra em termos de necessidades sociais básicas. Quanto aos aspectos pedagógicos, discutem a noção de número, o papel do concreto, do material pedagógico e da linguagem no ensino da disciplina, bem como as operações matemáticas com as diversas situações possíveis de serem empregadas.

Oferecem ao leitor alguns roteiros, tais como análise de livros, observação de estágio, sugestões de atividades e de leituras, ao longo das unidades e específicos para cada área de ensino.

6. A redefinição do curso de Pedagogia: a docência como base da formação do pedagogo

Nos anos 1970, a fragmentação do trabalho pedagógico gerou inúmeras críticas, desencadeando um movimento em prol da reformulação curricular dos cursos de Pedagogia. A crítica era que tais cursos não atendiam às reais necessidades da escola. Do mesmo modo, os órgãos normativos também recebiam críticas por estabelecerem currículos distantes da realidade educacional.

Havia o consenso de que a qualidade da formação fornecida aos especialistas, egressos dos cursos de Pedagogia, era inferior ao que se desejava para o trabalho escolar. Outra crítica ao curso de Pedagogia era que seus egressos não haviam cursado a Escola Normal, impossibilitando-os de lecionar nas escolas de 1º grau. Toda essa situação ocasionou uma grande insatisfação por parte da academia, fazendo com que se incluísse nos currículos uma preparação mais voltada à formação docente. Mas, principalmente, a fragmentação do trabalho pedagógico foi o elemento que impulsionou o movimento de reforma dos currículos de Pedagogia, uma vez que tal concepção se amparava em uma tendência reducionista e tecnicista de escola.

Os anos 1980 serviram como palco das reformulações curriculares dos cursos de Pedagogia. Com o apoio da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e o aval do Conselho Federal de Educação (CFE), que passou a aceitar propostas alternativas ao disposto na segunda reformulação curricular (Parecer CFE 252/69), vários cursos de Pedagogia foram incorporando novas habilitações aos seus currículos, voltando-se, essencialmente, ao campo da docência (CHAMLIAN, 1996;

COSTA, 2005; XAVIER, 2009), privilegiando habilitações voltadas às séries iniciais do ensino fundamental, educação infantil, educação de jovens e adultos e educação especial (CRUZ, 2011).

Confirma resalta TANURI (2000), os cursos de Pedagogia vinham formando professores para as séries iniciais, sem estar necessariamente instrumentado. A habilitação Magistério para o Ensino de 2º Grau visava também ao preparo de professores para o ensino de 1º grau e:

(...) em alguns casos, criaram-se habilitações específicas para esse fim, o que **motivou um esforço para ampliação das disciplinas de instrumentação, diversificando-as de modo a cobrir os diversos componentes curriculares dos anos iniciais da escolaridade (metodologia do ensino da matemática, dos estudos sociais, da alfabetização, das artes)**. À medida que os educadores passaram a se insurgir contra a “concepção tecnicista” que informava o currículo mínimo do curso de Pedagogia, questionando a excessiva divisão do trabalho escolar e o parcelamento da Pedagogia em habilitações, acirrava-se a discussão acerca da função do referido curso (TANURI, 2000, p. 84, grifo nosso).

Tendo iniciado suas atividades em 1974, o curso de Pedagogia da UNICAMP tem sua relevância no cenário nacional quando o assunto é formação de professores, pois tal curso se antecipou nacionalmente no movimento de reformulação curricular. A reforma implementada em 1979 ampliou a oferta de disciplinas específicas de metodologia de ensino, tais como: Metodologia da Alfabetização (EP 451), Métodos e Técnicas da Educação Pré-escolar (EP 452), Metodologia de Alfabetização de Adultos (EP 454), Metodologia da Área de Comunicação e Expressão (EP 455), Metodologia do Ensino de Ciências (EP 456), Metodologia do Ensino de Matemática (EP 457), Metodologia da área de Estudos Sociais (EP 458)³.

No caso do curso de Pedagogia da USP, o currículo implantado em 1970 sofreu reformulação em 1987, havendo, entre uma reforma e outra, o acréscimo de disciplinas ou apenas modificações nos programas, tornando o currículo mais inchado (CHAMLIAN, 1996). Pesquisas desenvolvidas no âmbito da Faculdade de Educação da USP buscaram identificar o perfil profissional dos egressos do curso de Pedagogia, apontando que, aproximadamente, oitenta por cento dos seus egressos (formados entre 1980 e 1986) atuavam, predominantemente, no campo da docência. Tais dados também contribuíram para a reformulação curricular de 1987 (CHAMLIAN, 1996).

³ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Catálogo dos cursos de graduação 1980**. Campinas: UNICAMP, 1980.

A reforma curricular de 1987 compreendia a habilitação Magistério (dois semestres) como fase obrigatória do currículo, apresentando-se em uma perspectiva ampla de formação do educador, com a oferta das seguintes disciplinas: Metodologia e Prática do Ensino de 1º Grau I (Estudos Sociais), Metodologia e Prática do Ensino de 1º Grau II (Ciências), Metodologia e Prática do Ensino de 1º Grau III (Português) e Metodologia e Prática do Ensino de 1º Grau IV (Matemática). Além destas metodologias, o currículo de 1987 contemplava disciplinas vinculadas à habilitação de educação pré-escolar, tais como Teoria e Prática da Educação Pré-Escolar (I e II) e disciplinas específicas para o magistério de 2º grau (curso normal): Metodologia e Prática do Ensino de 2º Grau (I e II)⁴.

7. Resultados Parciais da Pesquisa

Estudos indicam que a habilitação Magistério no curso de Pedagogia foi oferecida em grande parte das instituições de ensino superior no Brasil, sendo considerada uma habilitação que apresentou problemas muito semelhantes ao antigo curso profissionalizante de magistério de nível médio, tais como: instrumentação pedagógica insuficiente quanto aos conteúdos de 1ª a 4ª séries; aligeiramento de conteúdos e sua desarticulação na estrutura do curso; professores com pouca formação específica; e docentes com pouca experiência com o ensino de 1º grau. A disciplina *Metodologia do Ensino de 1º Grau* tornou-se a marca registrada da habilitação Magistério, habilitando o aluno de Pedagogia tanto para o magistério no 1º grau quanto no 2º grau, dificultando, assim, a compreensão do que venha a ser cada uma das habilitações de 1º ou de 2º graus (GATTI, 1996).

Deste modo, a *Metodologia do Ensino de 1º Grau*, da forma como foi proposta, abarcava elementos da Didática Geral e procurava fornecer aos futuros professores alguns elementos, ainda que superficiais, acerca dos conteúdos e das metodologias que seriam adotados nas séries iniciais.

Os estudos de GOODSON (1997, p. 27) auxiliam na compreensão do currículo como “uma unidade construída desapaixonadamente e é, de fato, terreno de grande contestação, fragmentação e mudança”. Por isso, este autor ajuda a compreender que sua construção tem como base os interesses dos grupos que tentam manter a sua hegemonia. Se

⁴ CHAMLIAN (1996), p. 143.

por um lado, temos os defensores da Pedagogia como Ciência da Educação, por outro lado, a defesa da docência como a base para a formação profissional.

O movimento em defesa da docência que surgiu a partir dos anos 1970/1980 questionava a fragmentação do currículo de Pedagogia bem como a atuação desses especialistas nas instituições escolares. Mesmo sabendo que tal movimento influenciou reformas no âmbito de várias instituições de ensino superior, a defesa da docência no curso de Pedagogia tem sua origem na primeira reformulação curricular, quando se tentou aliar o bacharelado e a licenciatura no mesmo curso. Embora a segunda reformulação tenha fragmentado o currículo com a criação das habilitações, a obrigatoriedade da habilitação ao Magistério do Ensino Normal constituiu-se em um forte elemento para tornar a docência a base da formação do pedagogo. O movimento que defendeu a docência como base da formação do pedagogo contribuiu para que a *Metodologia do Ensino de 1º Grau* se desmembrasse em diversas outras metodologias de ensino, que acabaram ganhando espaço no currículo e na formação do pedagogo.

8. Agradecimentos

FAPESP

9. Referências

BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei n.º 1.190, de 04 de abril de 1939. Dá organização à Faculdade Nacional de Filosofia. In: NÓBREGA, Vandick Londres da. **Enciclopédia da Legislação do Ensino**. Rio de Janeiro, s.n., v. 1, p. 562-570, s.d.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer n.º 251/62. Currículo mínimo e duração do curso de Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. **Documenta**. n.º 11, p. 59-66, 1963.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer n.º 252/69. Estudos pedagógicos superiores. Mínimos de conteúdo e duração para o curso de graduação em Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. **Documenta**. N.º 100, p. 101-117, 1969.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução n.º 2, de 12 de maio de 1969. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do Curso de Pedagogia.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2010.

CHAMLIAN, H. C. Currículo do Curso de Pedagogia na USP. **Revista da Faculdade de Educação**. Universidade de São Paulo. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 131-157, jul./dez. 1996.

COSTA, R. T. A habilitação em Educação Infantil no Curso de Pedagogia da PUC/SP: um estudo de caso. Tese (Doutorado em Educação: Currículo). São Paulo: PUC/SP, 2005.

CRUZ, G. B. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

FAZENDA, I. C. A.; PETEROSI, H. G. **Anotações sobre metodologia e prática de ensino na escola de 1º grau**. São Paulo: Loyola, 1983.

GATTI, B. A. **Diagnóstico, problematização e aspectos conceituais sobre a formação do magistério: subsídio para o delineamento de políticas na área**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1996.

GOODSON, I. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

GOODSON, I. **O currículo em mudança**. Porto: Porto Editora, 2001.

SILVA, C. S. B. A Reforma Universitária e o Curso de Pedagogia: determinações e limites. **Didática**. São Paulo, v. 24, 1988, p. 31-45.

SILVA, V. B. **História de leituras para professores: um estudo da produção e circulação de saberes especializados nos “manuais pedagógicos” brasileiros (1930-1971)**. Dissertação de Mestrado. FE-USP. São Paulo, 2001.

_____. **Saberes em viagem nos manuais pedagógicos: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970)**. Tese de Doutorado. São Paulo: FE-USP, 2005.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Curso de Pedagogia – Programa**. Faculdade de Educação: USP, 1973.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Catálogo dos cursos de graduação 1980**. Campinas: UNICAMP, 1980.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14, p. 61-88, mai./ago. 2000.

VILELA, C. L.; TORRES, M. X.; FERREIRA, M. S.; FONSECA, M. V. R. A pesquisa em história das disciplinas e história do currículo: investigando a recente produção brasileira. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011, Vitória. **Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil**. Vitória, 2011, p. 1-11.

XAVIER, C. As políticas de formação de professor nos anos 90: o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de Mestrado. Campinas: FE-UNICAMP, 2009.